§ 3.º do artigo 58.º do decreto n.º 5:703, de 10 de Maio de 1919, e no n.º 3.º do artigo 40.º do decreto n.º 952, de 15 de Outubro de 1914;

Referindo-se o § 2.º do artigo 14.º do referido decreto n.º 9:704 à comissão de administração do fundo para aquisição de navios de fiscalização, e referindo-se o já citado § 5.º do artigo 11.º do decreto n.º 9:704 não só a aquisição ou construção de navios de fiscalização, como também a estudos de pesca, custeio dos mesmos estudos e a instalação e custeio de escolas de pesca;

Tornando-se preciso pôr em completa execução o decreto n.º 9:704, e sendo para isso necessário fixar a composição e as atribuições daquela comissão;

E usando das faculdades conferidas ao Poder Executivo pela lei n.º 1:545, de 7 de Fevereiro de 1924:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A administração e gerência do fundo a que se refere o § 5.º do artigo 11.º e § 2.º do artigo 14.º do decreto n.º 9:704, de 21 de Maio de 1924, compete a uma comissão composta do director geral de marinha, que servirá de presidente, do presidente da Comissão Central de Pescarias, do director de pescarias, do naturalista director do Aquário Vasco da Gama—Estação de Biologia Marítima, de um official delegado do estado maior naval, do sub-director das construções navais, que servirão de vogais, e de um official da administração naval, que servirá de secretário tesoureiro, cargo que poderá acumular com outro que seja compatível.

Art. 2.º A comissão indicada no artigo anterior gozará de plena autonomia na sua gerência e administração, submetendo anualmente as suas contas ao exame e verificação da Comissão Permanente Liquidatória de Responsabilidades.

Art. 3.º O saldo do depósito dos cinco sextos das licenças dos vapores de pesca, a que se referem o § 3.º do artigo 58.º do decreto n.º 5:703, de 10 de Maio de 1919, e o n.º 3.º do artigo 40.º do decreto n.º 952, de 15 de Outubro de 1914, passa a ser administrado e gerido pela comissão indicada no artigo 1.º d'este decreto.

Art. 4.º Para a construção de navios de fiscalização da pesca e aquisição dos materiais precisos para essa construção fica a comissão designada no artigo 1.º d'este decreto autorizada a contrair na Caixa Geral de Depósitos, caucionados pelos fundos sob a sua gerência, os empréstimos necessários para efectivar aquella construção e aquisição.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro* — *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso* — *José Domingues dos Santos* — *Américo Olavo Correia de Azevedo* — *Fernando Augusto Pereira da Silva* — *Domingos Leite Pereira* — *Nuno Simões* — *Mariano Martins* — *Helder Armando dos Santos Ribeiro* — *Júlio Ernesto de Lima Duque* — *Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 9:794

Tendo o Ministério das Colónias satisfeito o fornecimento de artigos de material de guerra que lhe foi feito

pelo Ministério da Marinha, no valor de 27.000\$, importância que, nos termos do artigo 18.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, deu entrada no Banco de Portugal, e sendo esta quantia indispensável para aquisição de material da mesma espécie, a fim de substituir o que foi cedido, em conformidade com o artigo 1.º do decreto n.º 806, de 27 de Agosto de 1914: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros e sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial de 27.000\$, o qual reforçará o capítulo 8.º do orçamento da «Despesa extraordinária» do Ministério da Marinha para o ano económico de 1923-1924.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, de conformidade com a alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto n.º 5:525, de 8 de Maio de 1919.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 12 de Junho de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro* — *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso* — *José Domingues dos Santos* — *Américo Olavo Correia de Azevedo* — *Fernando Augusto Pereira da Silva* — *Domingos Leite Pereira* — *Nuno Simões* — *Mariano Martins* — *Helder Armando dos Santos Ribeiro* — *Júlio Ernesto de Lima Duque* — *Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

Decreto n.º 9:795

Considerando que há necessidade de regulamentar o decreto n.º 9:580, publicado no *Diário do Governo* de 5 de Abril de 1924;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os alunos da 4.ª classe do ensino primário geral só poderão passar à 5.ª classe mediante um certificado de passagem, que lhes será concedido depois de aprovação nas provas finais da sua classe.

§ único. Para este efeito, de 1 a 20 de Julho reünir-se hão o professor da respectiva classe e o inspector escolar ou seu delegado, escolhido entre os professores da sede da escola, ou da escola mais próxima quando aquela tenha só um professor, a fim de apreciarem e classificarem os trabalhos dos alunos.

Art. 2.º Os professores das escolas oficiais e particulares enviarão nos últimos dez dias do mês de Junho ao inspector do circulo uma relação dos alunos que julgarem habilitados a passar à 5.ª classe, contendo a indicação do nome, idade, naturalidade e filiação e tempo de escola de cada um. Anàlogamente procederão os chefes de família com respeito aos alunos cuja educação a seu cargo se haja efectuado no ensino doméstico.

Art. 3.º A estas provas de passagem applica-se o disposto nos artigos 16.º e 32.º